

JOÃO SCHUBERT



• Reencontro dos militares com a família aconteceu na manhã de ontem

Militares que estavam no Haiti voltam a JF

• Dois sargentos juiz-foranos da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada retornaram após 7 meses

Após sete meses e 13 dias de prestação de serviços, além dos esforços para sobreviver ao terremoto de 7,3 graus na escala Richter que atingiu o Haiti, retornaram a Juiz de Fora os sargentos Wellington Monteiro e Ivair Macedo da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro. O reencontro dos militares com suas famílias aconteceu na manhã de ontem, na sede do Comando da 4ª Brigada, no Bairro Mariano Procópio. Os soldados não esconderam o alívio por retornarem da América Central

— O Haiti voltou à estaca zero. Não estávamos tão próximos do epicentro do terremoto, mas, à medida que obtínhamos informações e percebíamos o que havia acontecido, só pensávamos em contribuir ainda mais. O susto foi muito gran-

de quando soubemos da proporção dos eventos, mas a nossa reação foi imediata. Acredito que voltei como uma pessoa melhor — relatou o sargento Monteiro.

O sargento Ivair revelou que a intensidade dos trabalhos anulava a percepção da passagem do tempo. O militar faz avaliação positiva da experiência de ter de lidar com a tragédia causada pelos tremores e diz que é necessário que o Exército intensifique seus empenhos em prol dos haitianos.

— O excesso dos trabalhos fez com que, em alguns momentos, eu perdesse a noção do tempo. Foi uma surpresa para todos, pois nunca cogitamos a possibilidade de algo do tipo acontecer. Nossos auxílios estão chegando, e a recepção da população é muito boa.

Em companhia do marido e de dois de seus três filhos, a esposa do sargento Ivair disse ter vivenciado momentos agonizantes quando soube do terremoto de 12 de janeiro. Segundo o casal, apesar do susto o apoio logístico fornecido pelo Exército foi imediato ao ocorrido e não tardou para que a famílias estivessem informadas da sobrevivência dos parentes em serviço.

Mulher vai fazer compra e encontra dívida

Uma mulher de 35 anos teve uma surpresa desagradável ao tentar comprar um telefone celular em uma loja de eletrodomésticos no Centro de Juiz de Fora. Ao tentar parcelar o valor do aparelho, foi informada pela vendedora que não poderia efetuar a compra, uma vez que seu nome estava no Serasa.

Ao realizar pesquisa no órgão, contactou que alguém havia feito dívidas em seu nome, no valor aproximado de R\$ 8.800, em uma financeira e em uma administradora de cartões de crédito.

Diante da situação, a vítima chamou a Polícia Militar e registrou a ocorrência, momento em que informou aos policiais que nunca havia perdido seus documentos pessoais nem feito nenhum tipo de negociação nos locais onde seu nome estava sujo.

O caso será encaminhado para a Polícia Civil para ser investigado.

Faltam policiais civis em Juiz de Fora

• São apenas 160 profissionais para 550 mil habitantes, ou seja, um para cada grupo de 3.438 habitantes

Joarle Magalhães

joarle.magalhaes@jfhoje.com.br

O déficit de policiais civis na delegacia de Juiz de Fora chega a mais de 400 profissionais. O número, levantado pelo Sindicato dos Policiais Civis de Minas Gerais (Sindpol), baseia-se no parâmetro da Organização Internacional do Trabalho, segundo a qual é necessário um policial civil para cada mil habitantes. Na cidade, são apenas 160 para uma população estimada em mais de 550 mil pessoas, ou seja, um profissional para cada grupo de 3.438 habitantes.

A grave escassez compromete os diversos serviços prestados pela Polícia Civil, e prejudica, principalmente, os setores de investigação criminal. Segundo o Sindpol, são apenas 25 agentes de investigação para atender todos os bairros de Juiz de Fora. A região Central, por exemplo, que registra cerca de 1.800 ocorrências mensais, conta com apenas cinco investigadores. Dois deles trabalham no atendimento ao público, um foi designado para trabalhar em outra área do município, e somente dois estão disponíveis para o esclarecimento dos crimes. Situação semelhante verifica-se na Zona Norte. A região, que possui cerca de 130 mil habitantes, conta com nove policiais, sendo cinco voltados para a investigação.

O problema torna-se ainda mais grave, se levada em consideração a situação de outras cidades do porte de Juiz de Fora, como Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Lá, ao contrário daqui, existem 150 profissionais atuando no setor de investigação.

Além disso, o contingente total de policiais civis é maior que o dobro do lotado no município.

INDIGNAÇÃO E CRÍTICAS

Levantado durante audiência pública na Câmara Municipal ontem, o problema causou indignação em grande parte dos vereadores, que abraçaram a causa e dispararam críticas à Secretaria de Segurança Pública e ao governador Aécio Neves. Sem representante na reunião, o tucano foi alvo fácil dos legisladores locais.

— Acho que o governador Aécio Neves é só marketing. Em Juiz de Fora, a investigação é feita à base de sorteio porque não tem policiais — ironizou José Emanuel (PSC).

Já Noraldino Júnior (PSC) questionou a diferença de investimentos entre as Polícias Civil e Militar. Esta corporação forma

anualmente centenas de oficiais. O petista Flávio Cheker acrescentou que o sucateamento da Polícia Civil é conhecido da Câmara Municipal e que, desde 2007, a situação tem sido informada ao Governo estadual, por meio de representações.

— O melhor cabrito é aquele que berra. Sem gritar, não estamos conseguindo nada, então temos que fazer ação nas ruas, apitação, até o governo escutar — conclamou.

Pastor Carlos (PRB) descredibilizou as representações, afirmando que “muitas foram feitas, mas nenhuma deu resultado”. Ele sugeriu que uma comissão de vereadores se una ao prefeito estadual Marcus Pestana, ambos do PSDB, para convocar audiência com Aécio e o vice-governador, Antônio Anastasia, com o objetivo de expor o problema da segurança pública de Juiz de Fora.

Sucateamento

O diretor regional do Sindpol, Marcelo Armstrong, acusou ainda o Estado de tentar enfraquecer a Polícia Civil da região, pelo fato de a instituição ter forte base sindical. Ele afirma que nenhum dos 691 aprovados no último concurso público, em dezembro, foi nomeado para trabalhar na cidade. Apesar de considerar a situação de Juiz de Fora mais crítica, dizendo inclusive que o município tem “um altíssimo potencial criminógeno (sic)”, devido à proximidade com o Rio de Janeiro, o vice-presidente do Sindpol, Denilson Martins, declarou que a Polícia Civil está sucateada em outras partes do Estado, como a própria capital, Belo Horizonte, onde recentemente a cabeleireira Maria Islaine de Moraes foi brutalmente assassinada pelo ex-marido, mesmo após registrar oito queixas na delegacia.

— Não adianta possuir aparato muito grande de repressão, sem ter o aparato de apuração qualificado. A realidade é que a Polícia Civil se transformou num cartório da Polícia Militar — sentenciou.

Requerida por Isauro Calais (PMN), a audiência pública discutiria inicialmente a demanda reprimida de exames práticos para a retirada de Carteira Nacional de Habilitação (CNH). No entanto, a falta de representantes de autoescolas e os esclarecimentos da delegada Cristiane Maciel, responsável pela delegacia de trânsito, acabaram desviando o foco da discussão. Segundo a delegada, a realização de mutirão em dezembro e a mudança na metodologia de distribuição das vagas do exame acabaram atendendo a todos os pedidos excedentes.